ATA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DA RIBEIRINHA – 2022

Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e dois pelas vinte horas e quatro minutos, teve lugar no edifício sede da Junta de Freguesia da Ribeirinha, sito à Rua da Igreja, número duzentos e vinte e sete, a quarta sessão ordinária da Assembleia da Freguesia da Ribeirinha, presidida por João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, Secretariado por Ana Maria Gomes Codorniz Costa e Ângela Fátima Pereira Borges Pires, na qualidade de 1ª e 2ª Secretária respetivamente.----------
Procedeu-se à chamada dos membros eleitos presentes, a saber: ----------
Grupo do Partido Social-Democrata:----------
Ana Maria Gomes Codorniz Costa----------
Ângela de Fátima Pereira Borges Pires----------
João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima----------
Marília de Fátima Meneses Soares Luís----------
Rui Daniel Lourenço Parreira Miranda----------
Grupo do Partido Socialista: ----------
António Gonçalves Toste Parreira----------
Emiliana Pires Gaspar----------
José Élio Valadão Ventura----------
Francisco Pontes Luís de Melo----------
Junta Freguesia da Ribeirinha:----------
Helena do Carmo Ferreira Freitas Toste----------
João Davide Pires Leal----------
----------**Período antes da ordem do dia**----------
O Presidente da Assembleia deu conhecimento que o Presidente do Executivo se encontrava ausente por motivos de doença. Informou aos presentes que as Atas referentes à segunda e terceira sessões da Assembleia de Freguesia de dois mil e vinte e dois foram previamente remetidas por email a todos os membros da Assembleia. Após a distribuição das mesmas em suporte papel aos membros das Assembleia, propôs a respetiva submissão a votação.----------
Antes da proposta de votação, o membro da Assembleia, José Élio Ventura interveio propondo a votação das Atas separadamente.----------
Aceite o proposto pelo Presidente da Mesa foi posta a votação apenas a ata da segunda sessão da Assembleia de Freguesia do ano de dois mil e vinte e dois, tendo sido aprovada por unanimidade.---
Antes da submissão a votação da ata da terceira sessão da Assembleia de Freguesia do ano de dois mil e vinte e dois, o membro da Assembleia, José Élio Ventura, pediu a palavra, acautelando que a Ata deve ser uma transcrição do conteúdo dos assuntos tratados na reunião, recorrendo-se ao áudio como instrumento para esclarecimento de alguma dúvida, salvaguardando-se uma escrita clara dos assuntos tratados por forma a ser percetível futuramente.----------
Ana Costa interveio, alertando que tinha enviado a última versão da Ata com as alterações sugeridas para três endereços de e-mails, o de José Élio Ventura, António Toste e de Emiliana Gaspar.----------
José Élio Ventura alertou não ter recebido e-mail com a última versão da Ata.----------
Após averiguação, Ana Costa concluiu que o endereço de email enviado a José Élio Ventura era o usado em correspondências anteriores, mas que este havia solicitado alteração do mesmo, encontrando-se assim, justificação de este dizer não ter recebido a Ata por e-mail com as devidas alterações. Depois de encontrado o equívoco, este disse, não ter nada a opor e que por si a Ata poderia ir à votação. ----------

No entanto, António Toste disse ainda ter um reparo a fazer sobre esta última versão da Ata, pois estava mencionado na Ata que Alberto Melo era o órgão máximo do Executivo quando o que tinha dito em reunião era que a Assembleia era o órgão máximo da freguesia.----------
O Presidente da Assembleia deu nota de que esta Ata poderia ir a votação numa próxima reunião da Assembleia, mas esclarecidos perante as retificações sugeridas e aceites, o mesmo submeteu a Ata número três, de dois mil e vinte e dois, a votação, obtendo-se a aprovação da mesma por unanimidade.----------
Dando continuidade aos assuntos fora da Ordem do Dia, o Presidente da Assembleia informou os membros da Assembleia que havia recebido um ofício do Executivo a solicitar a inclusão de dois pontos para a reunião na ordem de trabalhos a decorrer, nomeadamente os pontos sete e oito da Ordem do Dia. Informou também que havia expedido um ofício com o intuito de fazer chegar por via postal o Voto de Congratulação aprovado na Assembleia anterior, ao Sr. Comendador João Borges Pires. Os membros da Assembleia foram igualmente informados, pelo mesmo, que o Executivo ofertou uma grinalda de flores em nome dos membros da Assembleia de Freguesia aquando do falecimento do pai do Presidente da Junta.----------
O Presidente da Assembleia informou que remeteu via e-mail a todos os membros da Assembleia, os esclarecimentos que recolheu junto da Direção Regional da Cooperação com o Poder Local, relativamente à questão da inserção de assuntos na ordem de trabalhos por parte dos membros da Assembleia, bem como, sobre o prazo para as convocatórias das Assembleias. Sobre o último ponto foi considerado que a convocatória pode ser remetida até oito dias corridos da data efetiva da reunião e que até cinco dias úteis antes da reunião podem ser solicitados à Mesa a inserção de assuntos na Ordem de Trabalhos, desde que a sua análise e decisão sejam da competência da Assembleia de Freguesia, devendo a Ordem de Trabalhos definitiva e os respetivos documentos de apoio serem remetidos aos membros da Assembleia até dois dias úteis da data da reunião da Assembleia. Este disse ainda que, por respeito aos membros da Assembleia, entendeu que sempre que já exista a ordem de trabalhos, esta deve ser enviada em conjunto com a convocatória de forma que estes se possam preparar devidamente para as reuniões----------
O Presidente da Mesa deixou à consideração dos membros eleitos à Assembleia de Freguesia a possibilidade de formularem questões relacionadas com a administração direta do órgão de freguesia.----------
José Élio Ventura interveio, apresentando um ponto prévio à Ordem de Trabalhos. A não apresentação à Mesa da Assembleia de vários documentos solicitados anteriormente ao Executivo. Segundo este, há quatro reuniões por ano, significando que sempre que um documento não é apresentado numa Assembleia, passam seis meses entre o pedido e a sua eventual apresentação. Pediu assim, a opinião do Presidente da Mesa, relativamente ao facto dos documentos solicitados ao Executivo não terem sido apresentados, dizendo ainda que este poderia aproveitar aquando da preparação da convocatória em conjunto com o Executivo, para solicitar os documentos pedidos pelos membros da Assembleia. Referiu ainda que, de acordo com o Regimento, é o Presidente da Assembleia que deve diligenciar junto dos elementos do Executivo a apresentação dos documentos solicitados, dizendo também que é a Assembleia que fiscaliza o Executivo. Disse ainda que, se o Executivo julga que não está obrigado a apresentar os documentos a esta Assembleia e que se vai passando sessão após sessão e que fica tudo bem, insistiu dizendo que esta é uma ideia errada, antidemocrata e que não abona em nada a favor da freguesia. Evocou ainda o artigo vigésimo segundo do Regimento da Assembleia onde é mencionado que podem ser solicitados verbalmente documentos ao Presidente da Assembleia e este, por sua vez, deverá pedi-los ao Executivo. Frisou ainda que os documentos solicitados são essenciais para uma melhor análise ao Trabalho da Freguesia, tanto do ponto de vista material, orçamental como financeiro.----------

O Presidente da Assembleia referiu que enveredou esforços junto do Executivo para a apresentação dos documentos à Mesa da Assembleia, pois sabe que esta é sua obrigação, e foi o que fez, insistindo no pedido dos documentos solicitados pelos elementos do partido Socialista.----------
António Toste referiu que o anterior Presidente da Assembleia, jurista e advogado, na sua opinião excelente Presidente da Assembleia foi quem afirmou que eram oito dias úteis e não corridos para a apresentação da convocatória aos membros da Assembleia. Disse ainda, não duvidar da palavra do atual Presidente da Assembleia, mas sim de quem dá esses pareceres. Referiu que por uma questão de dúvida, falará novamente com o anterior Presidente da Assembleia, Paulo Henrique Cardoso, para esclarecer esta questão. Sugeriu ainda que poderiam ser pedidos os pareceres à ANAFRE, segundo este, uma associação com maior credibilidade.----------
O Presidente da Assembleia referiu que o parecer a ter em conta é de uma jurista do Poder Local, o qual merece toda a credibilidade, tal como o conteúdo do email enviado que indica que são oito dias corridos para as convocatórias às reuniões da Assembleia. Acrescentou ainda que o primeiro parecer foi corroborado pelo parecer de uma segunda jurista, a Dra. Fernanda Fantasia.----------
António Toste referiu que anteriormente cumpria-se com o prazo dos oito dias úteis para a convocatória das reuniões de Assembleias, frisando ser importante esclarecer esta dúvida.----------
José Élio Ventura disse considerar o parecer Jurídico tendencioso. Em relação à ordem de trabalhos, este considerou ser insuficiente enviar uma Proposta de Trabalho com quarenta e oito horas de antecedência. Referiu, ainda que poderão ser indicados pontos a serem tratados na Assembleia sem serem necessariamente pontos para votação. Pediu ainda, ao Executivo a guia de remessa do dinheiro cobrado aos marchantes da marcha de 2022. Segundo este, essa cobrança não deveria ter sido efetuada, pois a Junta não pode prestar serviços desta natureza. Frisou ainda que a Assembleia de Freguesia existe também para analisar os dinheiros e as finanças da Junta de Freguesia.----------
O Presidente da Assembleia reforçou que tem um parecer que menciona que os prazos para as convocatórias das reuniões da Assembleia são de oito dias corridos. No entanto deixou o compromisso de que sempre que seja praticável, a convocatória seguirá o mais cedo possível de forma que os elementos da Assembleia consigam analisar previamente todos os documentos. De seguida, deixou de novo à consideração a possibilidade de questionarem o Executivo sobre questões relacionadas com a administração direta da freguesia. Referiu ainda que cada membro da Assembleia e Executivo poderá intervir pelo tempo máximo de dez minutos e de uma só vez, solicitando que não se interrompam uns aos outros. Aconselhou ainda que se tome notas das questões, de forma que não fiquem questões por responder.----------
José Élio Ventura perguntou em que fase da reunião poderia intervir para questionar sobre os documentos em falta. Insistiu ainda que seria importante o Presidente da Assembleia manifestar a sua posição relativamente a esta matéria da não apresentação dos documentos solicitados pelo grupo do PS.----------
O Presidente da Assembleia disse que na sua opinião, esta era a fase adequada para que a sua questão fosse esclarecida.----------
António Toste mencionou o exemplo da última Assembleia Municipal da Praia da Vitória, via online. Disse terem sido debatidos assuntos com civismo e dentro da democracia. Falou deste exemplo para insistir no seu descontentamento em não ter sido aprovado nesta Assembleia a proposta que o PS apresentou para a transmissão online das Assembleias de Freguesia, considerando que tal seria benéfico para a Ribeirinha, mas que infelizmente, na sua opinião, os elementos da Assembleia do PSD, nomeadamente o seu Presidente, não acederam a essa proposta. Ressalvou ainda que o Presidente do Executivo votou favoravelmente na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, para a transmissão online das reuniões da Assembleia, mas na sua freguesia não foi capaz de aconselhar os elementos do PSD da Assembleia a votar favoravelmente.----------

António Toste continuou a sua intervenção, questionando, o porquê da comparência do senhor João Pedro Toste na atual Assembleia, uma vez que se tinha retirado depois de conversa particular com a Secretária do Executivo. Disse ainda que o mesmo tinha-lhe ligado a contar que a sepultura de um vizinho seu, sepultado no cemitério da Ribeirinha, tinha sido aberta com apenas dois anos após o seu enterro. Disse também que este lhe tinha informado que tinha solicitado ao Presidente da Junta o regulamento do cemitério, mas que este até então não lhe tinha apresentado. Referiu ainda que procurou no *site* da Junta, mas não encontrou nada relacionado com o regulamento do cemitério. Contudo, disse saber que uma sepultura não pode ser aberta antes de cinco a sete anos. Afirmou ainda que embora a cova tenha sido aberta pelo coveiro, a responsabilidade máxima é sempre do Presidente da Junta.----------

Ainda antes da ordem do dia, Emiliana Gaspar interveio referindo que na última Assembleia falou sobre o Campo de Férias que foi apresentado como uma atividade da Junta com a cooperação da Casa do Povo. Questionou na altura se esta tinha sido uma atividade em colaboração com a Direção Regional da Juventude, ao que a Secretária da Junta afirmou prontamente, que sim. Todavia, foi publicada uma listagem dos campos de férias apoiados pela Direção Regional da Juventude e não constou o da Ribeirinha. Esta disse ter tomado a iniciativa de ligar para a referida Direção e que fora informada de que o campo de férias da Ribeirinha não constava na lista dos campos de férias apoiados pela Direção Regional da Juventude. Pediu, assim, clarificação para esta situação com a apresentação de documentos, nomeadamente relatório de execução e comprovativos de seguros, isto é, para clarificação da resposta dada pelo executivo de que o Campo de Férias contou com o apoio da Direção Regional da Juventude. Considerou que estes campos de férias deverão ser realizados salvaguardando-se a segurança das crianças.----------

O Presidente da Assembleia interveio esclarecendo que mais do que uma vez fez esforços junto do Executivo para que o mesmo apresentasse os três documentos solicitados na reunião da Assembleia anterior. Dos documentos solicitados foi apresentado apenas um, ficando os outros em falta. Pediu assim que, o Executivo fosse claro perante a Assembleia e explicasse o porquê da não apresentação de todos os documentos solicitados. Relativamente à transmissão online das sessões da Assembleia, o Presidente da Mesa referiu que esta proposta já foi votada, por essa razão pediu que não se voltasse a debater este assunto. Passou seguidamente, a palavra ao Executivo, pedindo que fossem concisos nas respostas.----------

Helena Toste começou por abordar o tema do Campo de Férias, referindo que na altura transmitiu que o mesmo foi apoiado pela Direção Regional da Juventude porque achava que tinha sido com o apoio desta, pois foi assim quando anteriormente fez parte da Casa do Povo. Disse ainda que a Secretária da Casa do Povo havia-lhe comunicado que estava tudo certo e assegurado. Acrescentou ainda que o que poderá fazer é comprometer-se pessoalmente em pedir mais esclarecimentos e depois transmiti-los na próxima Assembleia. Em relação ao assunto que o senhor João Pedro Toste trouxe, Helena Toste disse não ter percebido que o mesmo queria expô-lo na reunião, pois este disse-lhe apenas que queria falar com o Presidente da Junta. Disse que o mesmo referiu que o problema que o trazia ali era sobre a compra da campa da esposa do senhor que o acompanhava. Em relação ao problema da sepultura aberta indevidamente, já foi solicitada ajuda à Câmara para resolução desta questão. Quanto à disponibilização do regulamento do Cemitério, irá tratar disso.----------

José Élio Ventura considerou que a Mesa deveria anotar os pedidos dos documentos ao Executivo para não se estar sistematicamente a solicitá-los.----------

João Leal referiu que tinha sido solicitado um documento de informação financeira e foi assim entregue o mapa de Controlo Orçamental conjuntamente com o Mapa das Atividades. Na sua opinião, estes espelham a situação financeira da Junta. Insistiu em questionar qual o documento que consideram em falta, além do documento com a data do débito em conta. Pois quanto a este último,

disse que o mesmo não faz qualquer sentido e que só seria viável a sua apresentação se estivesse em causa o pagamento de alguma multa.----------
O Presidente da Assembleia acrescentou que o solicitado foi a relação dos apoios cedidos pela Junta de Freguesia às várias Instituições da freguesia com os débitos em conta. Este questionou de novo o Executivo se é sua pretensão apresentar os documentos solicitados.----------
João Leal referiu que apenas disse que não considerava relevante apresentar um documento com todos os débitos em conta, mas se a questão se prende com as datas dos apoios às coletividades, poderá facultar um documento com os mesmos e respetivas datas do pagamento.----------
José Élio Ventura referiu que foi apenas pedido uma relação dos apoios dados às coletividades, numa folha de Excel com a data do débito em conta. Não pretendendo extratos bancários, apenas quer ter conhecimento da data em que determinada coletividade recebeu o seu apoio. Acrescentou ainda que o que pretende é fazer uma análise, pois é para isso que está na Assembleia, para fiscalizar o Executivo. Acentuou que se o Executivo da Junta acha que não necessita prestar contas e informações à Assembleia e se julgam que estamos numa ditadura, na sua opinião, poderão ter de recorrer a Provedores de Justiça ou ao Tribunal de Contas. Contudo acrescentou achar não haver necessidade para tal. Perguntou ainda ao Executivo, se era por má vontade ou se havia alguma coisa a esconder. Ainda acrescentou não crer nisso, mas vê tanta dificuldade na apresentação de uma coisa tão simples que até se sente mal em repetir tantas vezes o mesmo pedido. Insistiu em perguntar o porquê da fuga à informação, o porquê dessa intransigência, pois a Junta está aberta à sociedade e deve prestar a informação a qualquer cidadão da freguesia. Por fim, pediu que fique registado o seu voto de protesto sobre o exposto.----------
O Presidente da Assembleia ressalvou que na sua opinião os pedidos dos membros da Assembleia deverão ser atendidos. Sugeriu ainda que os pagamentos dos apoios às coletividades fossem em simultâneo por transferência bancária. Assim, facilitaria a verificação da data dos débitos.---------
Terminado o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia passou à ordem de trabalhos.----------
----------**Período da ordem do dia**----------
Ponto Um - Atividade da Junta de Freguesia – outubro a dezembro 2022.----------
O Presidente da Assembleia comunicou que o documento das atividades da Junta deste trimestre foi assinado pela Secretária do Executivo Helena Toste, uma vez que o Presidente da Junta estava ausente, por motivos de falecimento de familiar. Este deu assim, a palavra à mesma, dado esta estar em substituição do Presidente da Junta pelo facto do mesmo não poder estar presente na reunião. Helena Toste mostrou-se disponível para qualquer explicação desde que o soubesse esclarecer.------
O Presidente da Assembleia abriu a ordem do dia para formulação de questões relacionadas com a atividade da Junta.----------
José Élio Ventura interveio questionando sobre qual o apoio dado para o CD do senhor Tiago Toste. De seguida, referiu que na sua ótica, parece-lhe um pouco desajustado considerar uma atividade relevante a obra de um remendo de poucos metros quadrados junto à Sotran. Questionou ainda, qual o montante despendido na obra das "ilhas", ou seja, pretendeu perceber qual o custo e o peso financeiro das entidades intervenientes na obra, como esta foi executada do ponto vista material e financeiro, quem pagou o quê e qual o papel da Junta neste processo. Em relação à questão do percurso pedestre, disse que crê que esta matéria já foi aprovada. Solicitou ainda o ponto da situação sobre o projeto apresentado junto da GRATER, considerando este ser um ponto relevante e de importância para a freguesia da Ribeirinha.----------
Helena Toste respondendo ao questionado por José Élio Ventura disse que o apoio dado para o lançamento do CD do Tiago Toste foi de quinhentos euros. Quanto aos arranjos da asfaltagem efetuado junto à Sotran foi a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que executou, embora com

muita insistência por parte da Junta. As obras de requalificação das "ilhas" à saída do caminho velho, Santo Amaro, foram financiadas pela Secretaria das Obras Públicas com bens materiais tais como calçada e pó de pedra. Quanto ao projeto do trilho, a Junta ainda não recebeu comunicação oficial, mas já tiveram *feedback* de que o mesmo foi aprovado. A Junta ainda está a tratar de questões técnicas com os proprietários onde passa o trilho, embora estes já tenham dado autorização para a passagem do mesmo. Relativamente ao projeto da GRATER, comunicou que infelizmente este foi reprovado, pois não atingiu a pontuação mínima para a sua aprovação. Foi pedido pela Junta uma reavaliação, mas foi comunicado que por haver vários projetos com avaliações superiores, o projeto foi reprovado.----------

José Élio Ventura, sobre o projeto da GRATER, disse ser constrangedor, pois o Executivo apresentou várias importâncias desde a primeira apresentação dos valores do projeto a concurso e ele próprio alertou em reunião de Assembleia para que houvesse cuidado na sua elaboração, pois só havia trezentos mil euros para estes projetos e que cada projeto poderia ser no máximo de sessenta mil euros, logo só poderiam ser aceites no máximo seis projetos. Disse ainda que, o Executivo andou a vacilar, sem saber qual o bom rumo a tomar com este projeto. Quanto a este ponto, questionou ainda, quanto despendeu a Junta com o mesmo.----------

João Leal interveio dizendo que não houve custos com o projeto que concorreu à GRATER, uma vez que em termos processuais foi realizado por este e, quanto ao projeto efetuado pela arquiteta, conforme foi acordado com a mesma, só haveria custo se o projeto fosse aprovado, o que não aconteceu.----------

António Toste disse que se não houve despesa com o projeto, menos mal, mas o que alguém lhe disse é que tinha sido pago e muito bem pago à arquiteta e que se isso fosse verdade, João Leal estava a fazer o mesmo que o Presidente do Executivo, que é mentir. Vai tentar saber, junto de quem lhe disse, qual o custo que a Junta teve com este projeto.----------

João Leal referiu que foram pagos projetos à arquiteta, mas de outra natureza como sejam estudos e pareceres para o parque de estacionamento, para as pontes pedonais na Grota da Chouriça, dado ter sido exigido pelo Governo projetos para as obras a candidatar-se e estes sim, foram pagos.--------

Emiliana Gaspar interrogou o Executivo sobre qual o papel da Junta de Freguesia, na parceria nas aulas de Zumba na Casa do Povo, bem como qual a intervenção da Junta na criação de espaço/condições para a implementação de apoio ao Estudo Acompanhado. Considerou ser importante que isto seja explicado para que não seja mais uma situação idêntica ao Campo de Férias Cultural. Dirigindo a palavra à secretária Helena Toste, disse que se a Junta cooperou com o campo de férias e se este fosse financiado pela Direção Regional da Juventude, como esta o disse na Assembleia anterior, a Junta teria de estar a par da situação, pois se tal tivesse acontecido entraria dinheiro para a Junta. Referiu ainda que a questão por si colocada foi no sentido construtivo, não estava a pôr em causa (nem a sugerir que tivessem feito mal), apenas alertou para que caso não se tivesse aproveitado a candidatura e apoio da Direção Regional da Juventude, o fizessem numa outra oportunidade. Esta continuou insistindo nos dois pontos já questionados e disse ser um péssimo exemplo de democracia e de transparência o que está a acontecer na freguesia. Ainda referiu que lamenta profundamente que os elementos da Assembleia do grupo do PSD não se pronunciem. Perguntou também como se processa o apoio do Estudo Acompanhado. Acrescentou que, se o Executivo não desse devidamente a explicação sobre as atividades apresentadas, sugeria que fosse apresentado um pequeno projeto sobre as atividades de forma que estas fiquem claras.----------

Helena Toste, respondendo ao questionado, falou sobre o Campo de Férias, disse que poderia ter-se precipitado quando interrompeu a intervenção de Emiliana Gaspar. Apenas fê-lo por estar convicta pela sua experiência anterior de que estava tudo certo, pois sabia que a Junta enquanto entidade autárquica não podia fazer a candidatura para o Campo de Férias, surgindo apenas como entidade

promotora e de apoio em atividades e refeições às crianças que frequentaram o mesmo. Disse ainda que pode solicitar à Casa do Povo os documentos certos e apresentar posteriormente através do Presidente da Assembleia. Relativamente às aulas de Zumba, a Junta apenas apoia na promoção, divulgação e contacto entre as pessoas e a professora. Quanto ao gabinete de Apoio ao Estudo, a Junta apenas disponibiliza o espaço, custeando ainda a despesa com a luz. A intervenção entre quem explora e os explicandos é diretamente entre as partes. Com a ajuda da Junta, na disponibilização do espaço, foi possível os pais terem um custo mais reduzido no Apoio aos Estudos.----------
Emiliana Gaspar concluiu sobre o referido que, o Apoio ao Estudo é basicamente a cedência do espaço de forma gratuita a quem dá as explicações.----------
António Toste interveio dizendo que em relação a esses pontos referidos nas atividades da Junta, não podem ser considerados parceria, mas sim, um apoio, pois se a Casa do Povo é que fez e desenvolveu, a Junta apenas apoiou. Em relação às obras de requalificação e ornamentação em calçada nas "ilhas" concluiu pelo exposto que a Secretaria das Obras Públicas colaborou com a calçada e pó de pedra e a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo com a verba. Questionou assim qual foi efetivamente o custo para a Junta, já que a Câmara disponibilizou três mil setecentos e oitenta euros.----------
João Leal confirmou o valor da verba facultada pela Câmara e acrescentou que esta foi usada para o pagamento do calceteiro e para a compra da pedra branca usada na calçada.----------
António Toste pediu uma explicação sobre a colocação das infraestruturas para implementar energia elétrica, com recurso a energias renováveis, sobre o transporte das crianças da escola e ainda questionou o Executivo sobre a previsão da aquisição de um minibus para a freguesia, uma vez que esta proposta fez parte do manifesto da campanha eleitoral. Falou também sobre a ausência no documento das atividades, do apoio em gasóleo no valor de trinta euros por mês para as carrinhas do Centro Social e Paroquial da Ribeirinha, Centro de Idosos da Ladeira Grande e do Boavista Club da Ribeirinha. Disse não concordar que o apoio seja dado por igual, uma vez que há coletividades com mais despesas do que outras e que esse apoio deveria ser dado consoante as despesas das mesmas. Questionou ainda, se esse apoio seria para se manter para o próximo ano.----------
Continuando a sua intervenção, António Toste dirigiu a palavra aos dois membros do Executivo presentes, dizendo que os poços da Canada da Ribeirinha foram limpos com as máquinas, mas junto às paredes ficam sempre algumas terras e devem de ser limpas de forma manual. Assumiu publicamente ter sido um erro ter deixado fazer um poço naquilo que é seu para aparar as águas pluviais. Deu ainda, os parabéns à Junta e ao pessoal do trabalho pela limpeza da freguesia, mas alertou que a Canada da Ribeirinha já tem casas e precisa de ser limpa, não se podendo contemplar apenas a Rua da Igreja, entre outras.----------
Helena Toste disse que em relação ao transporte das crianças da escola, efetivamente havia uma solução pensada para entrar em ação. A Junta reuniu-se com a escola antes de apresentar a solução considerada, mas concluiu-se que não havia necessidade de a implementar, pois não houve revindicação pela parte dos pais das crianças que não estavam abrangidas pelo transporte por lei. Ficou então combinado com a escola que, caso surgisse alguma revindicação sobre o mesmo que contactassem com a Junta, mas como até ao momento tal não aconteceu, a Junta não foi atrás de mais um custo. Em relação ao minibus, a Junta está a diligenciar forma de o conseguir. Quanto ao assunto do apoio do gasóleo, Helena Toste confirmou que era para manter o formato de apoio.------
António Toste insistiu no tema do apoio do gasóleo às coletividades referidas, se este é para se manter, uma vez que lhe havia sido comunicado que esse apoio estava em modo experimental.-----
João Leal disse que, quanto ao apoio ao gasóleo dado às coletividades, o que está pensado é mantê-lo, sem ainda estar assente o valor. Quanto ao minibus, referiu, tal como já o tinha dito Helena Toste, que estão sempre a tentar, mas que não há nenhuma medida para as Juntas se candidatarem à

aquisição de viaturas. Dando referência às energias renováveis, este disse serem painéis solares para a zona de Lazer. Quanto à limpeza dos poços vai ter de levar o exposto ao Presidente do Executivo, pois este está mais inteirado do assunto.----------
António Toste continuou falando sobre o transporte Escolar, disse que ainda bem que está resolvido, mas mostrou-se admirado por saber que as mesmas pessoas que precisavam de transporte na altura das eleições, hoje já não precisavam.----------
José Élio Ventura interveio mencionando a questão do *minibus*, realçando o registo dado pela Secretária Helena Toste e pelo Tesoureiro João Leal ao dizerem que vão continuar a tentar. Disse que imaginava que quando se fez o manifesto eleitoral não se colocavam lá ideias que não tivessem perspetivas de serem executadas, ou que, pelo menos, se tivesse ma ideia de como poderiam ser executadas. Acrescentou ainda que se espanta mais quando dizem que já consultaram departamentos do Governo e que os mesmos não têm nenhum enquadramento para a aquisição do minibus. Referiu-se, ainda, ao facto de terem vindo à freguesia da Ribeirinha tantos membros do Governo na época da campanha eleitoral e se então não houve oportunidade de questionarem esses membros do Governo sobre essa aquisição do *minibus*. Voltou a frisar que fizeram uma proposta para a aquisição de um *minibus* sem terem qualquer ideia da forma de financiar essa aquisição.------
O Presidente da Assembleia alertou o Executivo para que o mesmo respondesse ao questionado pelo membro da Assembleia José Élio Ventura.----------
Sobre a proposta da aquisição do *minibus*, Helena Toste disse haver uma hipótese pensada, em que esta passaria por uma possível parceria com alguma coletividade da freguesia, de forma a ser possível adquirir o *minibus*, pois a Junta não tem competência para comprar viaturas.----------
José Élio Ventura retorquiu dizendo que o compromisso sobre a aquisição do *minibus* não foi com as Instituições, mas sim com as pessoas da freguesia e questionou o Executivo se este tinha uma ideia e agora já não sabiam como a pôr em ação.----------
António Toste disse que há pessoas da freguesia que afirmam não terem recebido os calendários referidos na atividade da Junta.----------
Helena Toste respondeu que foi pedido a todos os responsáveis pela distribuição que esta fosse entregue em todas as casas da freguesia até ao Dia de Reis, último dia da época natalícia.----------
Ponto dois - Apreciação e votação da 5ª Revisão.----------
O Presidente da Assembleia deu a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste, esta por sua vez cedeu-a ao Tesoureiro João Leal.----------
Usando da palavra, o Tesoureiro da Junta mencionou que essa revisão orçamental teve em vista acertar algumas rubricas que excederam na receita o que estava previsto, nomeadamente a maior que todas foi a receita no valor de quatro mil e duzentos euros com a concessão de sepultura e jazigos. Além desta alteração, teve de se fazer reforços na rubrica transferências e subsídios correntes no valor de mil oitocentos e dezoito euros, nos baldios o valor de mil duzentos e sessenta e oito euros, de cinquenta euros na taxa de utilização da casa mortuária e de quinhentos e cinquenta euros nas Inumações. Outro grande reforço teve a ver com a rubrica das transferências de capital no valor de cinquenta e um mil trezentos e noventa e cinco euros, que engloba a rubrica da Administração local, com a execução e tapamento de paredes decorrentes do alargamento da Canada do Capitão, no valor de sete mil, cento e dois euros, bem como a rubrica da Administração Regional, nomeadamente obras suportadas pela Secretaria da Habitação no valor de quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e três euros, cujas obras serão geridas pela Junta de Freguesia. Relativamente às alterações modificativas orçamentais da despesa houve um reforço de mil, oitocentos e sessenta e oito euros na aquisição de bens e serviços. Na aquisição de bens de capital foi feito um reforço no valor de cinquenta e cinco mil, quinhentos e noventa e cinco euros.----------

António Toste questionou o Executivo sobre o reforço na rubrica Concessão de sepulturas e jazigos, perguntando quantas sepulturas foram vendidas, uma vez que já era sabido da Concessão do jazigo do senhor Francisco Ventura. Interrogou ainda se as sepulturas concessionadas já ultrapassavam metade do cemitério, pois sempre foi sua preocupação onde sepultar quem não tem sepultura comprada.----------

João Leal respondeu que os quatro mil e duzentos euros se deveu à receita da concessão de um jazigo e de seis sepulturas. Contudo, não soube responder quanto à quantidade de sepulturas concessionadas no cemitério da Ribeirinha, pois essa tarefa está diretamente a cargo do Presidente do Executivo e da Secretária da Junta, Adelina Parreira.----------

António Toste questionou sobre os protocolos da habitação, pois que se saiba não houve ratificação de protocolos dos casos de habitação do senhor José Duarte Pamplona e do senhor Vítor Jorge, insistiu dizendo que se não foram ratificados estes protocolos, como podem surgir inscritos estes valores nos reforços da receita sem estes contratos terem sido ratificados.----------

João Leal disse que efetivamente já vieram os contratos, embora estes ainda não tenham sido assinados.----------

António Toste insistiu dizendo que para fazer um reforço orçamental tem de haver o protocolo ratificado, referindo o valor de quarenta e quatro mil, duzentos e noventa e três euros que foi reforçado, sem que estes contratos tenham vindo à Assembleia para ratificação. Disse assim que, esse reforço não deveria ter sido feito.----------

João Leal afirmou que o NSC mudou algumas regras em relação ao que era no POCAL, em termos orçamentais, basta ser criado a revisão orçamental e só depois os protocolos vêm à reunião da Assembleia para serem ratificados. Disse ainda que, inicialmente não tinha a ideia de incluir no reforço orçamental, mas a SISDIAS, que é quem faz a assessoria comunicou-lhe que com os contratos existentes enviados por email, embora sem estes estarem assinados, era suficiente para criar a revisão orçamental porque já tinha documentos que justificavam o reforço orçamental.----------

António Toste disse acreditar na palavra do Tesoureiro da Junta. Relativamente à obra da Canada do Capitão, disse que se gastou tudo o que estava inicialmente previsto num terço da obra e que, inicialmente, a parte das máquinas era da alçada da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo. Insistiu que o problema foi ter sido mal gerido como por exemplo, terem feito paredes de vizinho com vizinho. Este comentou ainda que André Pereira soube fazer um bom negócio e felicitou-o por isso. Continuou referindo que a Junta tinha um orçamento inicial de vinte e cinco mil euros. Disse ainda que, lamentavelmente, foi a Câmara que fez a obra. Referiu ainda que a Canada do Capitão nem vem nas atividades da Junta e dado o Presidente do Executivo não estar presente, provavelmente o assunto da referida canada terá de voltar para a próxima reunião da Assembleia.----------

João Leal respondeu que em relação à obra da Canada do Capitão foi o Presidente da Junta que esteve em consonância com a Câmara Municipal a fazer os acordos, dado ter havido um défice de sete mil, cento e dois euros e ficou acordado que a Junta pagava tudo e que depois o Município de Angra transferiria para a Junta o valor em causa.----------

O Presidente da Assembleia interveio pedindo que para além do documento já solicitado sobre o regulamento do cemitério, também havia a acrescentar o documento com a descrição do que se gastou em máquinas e mão de obra da última fase da obra da Canada do Capitão.----------

Após as várias intervenções por parte dos membros da Assembleia de Freguesia, o Presidente da Assembleia colocou a votação o ponto dois, tendo este sido aprovado por maioria, com cinco votos a favor por parte dos elementos do PSD e quatro abstenções por parte dos membros do PS.----------

Ponto três - Ratificação do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia a 13 outubro 2022.----------

O Presidente da Assembleia cedeu a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste em

representação do Presidente da Junta. Esta referiu que este contrato tem em vista a execução de tapamento de paredes decorrente do alargamento da canada do capitão. Depois de atingida a verba inicialmente prevista para a referida obra, o Município de Angra do Heroísmo deu ordem para que a Junta fizesse os pagamentos e posteriormente ressarcia a Junta de Freguesia da quantia de sete mil, cento e dois euros, conforme está inscrito no reforço Orçamental.----------
José Élio Ventura interveio falando de novo sobre a Canada do Capitão, dizendo que o orçamento inicial desta fase final da obra não deu nem para metade. Acrescentou que, foi gasto na íntegra o que estava previsto e agora a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo ainda vai ter de transferir para a Junta o que esta gastou para concluir esta fase da obra. Continuou ainda que, só pelo facto de a Câmara chamar a obra para si, conclui-se que a Junta de freguesia da Ribeirinha não é capaz de fazer uma obra desta envergadura. Em relação aos documentos em falta sobre a canada do capitão, disse que provavelmente bastaria fazer chegar o relatório que já entregaram na Câmara, pois aí devem constar todos os elementos necessários.----------
João Leal ~~disse~~ respondeu que se assim fosse facilitaria pois já estava feito, mas pelo que percebeu António Toste pediu um documento com o averbamento de todas as despesas gastas na mão de obra, maquinaria entre outros.----------
Depois de várias abordagens, José Élio Ventura concluiu que de forma a facilitar a análise, o ideal seria a apresentação dos valores do que se gastou em máquinas, mão de obras e outros, numa folha *excell*.----------
O Presidente da Assembleia levou o ponto três a votação. Resultou em nove votos a favor, aprovado assim, por unanimidade.----------
Ponto quatro - Apresentação e Aprovação do Orçamento, PPI e GOP para 2023.----------
O Presidente da Assembleia passou a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste, em representação do Presidente da Junta, esta por sua vez cedeu-a ao Tesoureiro João Leal.----------
No cumprimento do ponto quatro da Ordem do dia João Leal prestou os devidos esclarecimentos necessários através da explicação dos documentos disponibilizados a todos os membros da Assembleia. Resumidamente disse que o orçamento importa tanto na receita como na despesa o total de cento e noventa e um mil, novecentos e noventa e quatro euros, e que este foi aprovado em reunião da Junta de Freguesia, realizada a 13 de dezembro de 2022. O mesmo afirmou que, a proposta em causa vem assim à Assembleia de Freguesia para ser submetida a aprovação.-------
Relativamente à receita corrente referiu que importa em cento e trinta e três mil, setecentos e sessenta e seis euros; as receitas de capital ascendem a cinquenta e oito mil, duzentos e vinte e oito euros; mil e duzentos euros inscritos no Plano Plurianual de Investimentos, sendo o remanescente referente a transferências para apoios diretos no âmbito da habitação degradada. Em termos de receitas correntes, há a receber o IMI no valor de quatro mil e duzentos euros; seiscentos e vinte euros em taxas, rendimentos de propriedade no valor de cinco mil seiscentos e dezassete euros, mas a grande parte vai para a Administração Central Português, no valor de setenta e um mil, oitocentos e vinte e três euros. Da Administração Local, o valor de quarenta e um mil e cinquenta e sete euros; venda de bens e serviços a quantia de nove mil, novecentos e quarenta e nove euros; venda de bens de Investimento, com a concessão de apenas duas sepulturas no valor de mil e duzentos euros, disse ainda que há que ter atenção à disponibilidade das campas e transferências de capital no valor de cinquenta e sete mil e vinte e oito euros, que reporta a melhorias de habitações. Em termos das despesas correntes a maioria foi para as despesas com o pessoal no valor de quarenta e nove mil, oitocentos e sessenta e seis euros e na aquisição de bens de capital, o valor de sessenta mil, duzentos e vinte e oito euros. Seguidamente pediu dispensa da leitura das restantes despesas correntes, bem como da leitura do Plano de Investimentos e o Plano de Atividades para 2023, uma vez que todos os elementos da Assembleia têm em sua posse os documentos referidos. Quanto ao plano de

investimentos foi inscrita a verba de dois mil euros para melhoramentos no soalho da casa da Lata.- O Presidente da Assembleia deixou à consideração da Assembleia, se haveria necessidade de se fazer uma explicação mais exaustiva, sobre o exposto.----------
Sobre a intervenção do Tesoureiro, António Toste referiu não entender porque foi dito que os documentos foram tão badalados, questionando os membros da Assembleia se tinham recebido o Orçamento da Junta para ser aprovado para o ano 2023, afirmando que o que recebeu foi o Orçamento e Plano Orçamental Plurianual e não o Orçamento, que é outra coisa distinta. Disse começar a achar que há uma incompetência fora do normal do órgão Executivo. Questionou ainda, se o Presidente da Junta tem conhecimento de uma lei que seja e suas alterações. Deu exemplo de outras freguesias em que disponibilizam no *site* as próprias Atas das reuniões de Junta. Enquanto na página da Junta da Ribeirinha não se pode comentar, não se quer as reuniões online e ainda disponibilizam um documento que não é o Orçamento. Continuou afirmando que foi dado um ano de tolerância ao Executivo, pois compreende-se que para quem está a iniciar é sempre difícil, só que já se anda há um ano a pedir documentos ao Executivo. Disse ainda que o Controlo Orçamental é uma coisa e a Demostração Orçamental é outra. Lamentou que a Junta esteja a pagar à SISDIAS, quando no Controlo Orçamental só estão efetuados lançamentos até 11 de setembro, o que significa que está com quatro meses de atraso. Tornou a questionar o porquê da dificuldade em fornecer os documentos solicitados e continuou dizendo que os membros da Assembleia têm direito a todos os documentos pedidos, bem como os cidadãos da freguesia têm direito a ter conhecimento do que se passa na Junta. Acrescentou que não duvida da seriedade das pessoas que estão no Executivo, mas sim de como as coisas são tratadas e faladas.----------
António Toste questionou diretamente o Tesoureiro João Leal sobre se este conhece o Direito da Oposição, explicando que os membros da Oposição devem de ser ouvidos para desta forma poderem apresentar as suas propostas.----------
João Leal disse que a parte técnica foi feita por quem dá a Assessoria. Alegou ainda que só recentemente teve conhecimento do Direito da Oposição.----------
António Toste colocou várias questões sobre as rubricas apresentadas no Orçamento e Plano Orçamental Plurianual, pedindo explicação e questionando os seus valores. Falando do orçamentado para o apoio às coletividades, questionou para quando está previsto o regulamento a definir o apoio às mesmas, apresentado no manifesto eleitoral. Sobre os casos da Habitação disse que acresce duas novas situações, a do senhor José Duarte Pamplona no valor de dezasseis mil, quinhentos e quarenta e três euros e a do senhor Vítor Jorge no valor de vinte e sete mil, setecentos e cinquenta euros. Atendendo ao valor do apoio deste último, questionou porque não se consegue aumentar o apoio para a habitação da senhora Maria Eugénia Couto, uma vez que o valor máximo pode ser de vinte e cinco mil euros.----------
De seguida questionou sobre o valor da remuneração do Presidente, Secretária, Tesoureiro e ainda dos elementos da Assembleia.----------
João Leal, tentando responder às questões apresentadas, disse que, em termos de receita corrente há um aumento significativo em relação ao ano passado que passou de noventa e seis mil para cento e trinta e três mil euros. Em termos de receita própria está semelhante à do ano passado com exceção da parte dos correios, pois a Junta é ressarcida no valor de setecentos e cinquenta e seis euros por onze meses, não sendo pago o mês de férias nem o subsídio de férias e de Natal do colaborador.----
Quanto ao vencimento dos membros do Executivo está orçamentado pelo valor dado pelo Fundo de Financiamento das Freguesias. O que importa o valor de duzentos e vinte e dois euros para a Secretária e para o Tesoureiro e duzentos e sessenta e oito euros e cinco cêntimos para o Presidente do Executivo. Este último, recebe na totalidade o valor de seiscentos e sessenta e sete euros por mês, dado estar a meio tempo, sendo a DROAP a pagar à Junta o diferencial adiantado pelo FFF. Quanto

aos membros da Assembleia recebem o que está na tabela.----------
António Toste insistiu para que ficasse registado em Ata, que se na próxima Assembleia não tiverem os documentos a que têm direito, vão tomar uma atitude.----------
O Presidente da Assembleia tornou a explanar que a apresentação dos documentos solicitados de certa forma, só facilita as reuniões da Assembleia.----------
José Élio Ventura fazendo referência ao Plano de Investimentos, afirmou que este é muito limitado e circunscrito, sem ambição e sem ideias. Disse ainda que se pode considerar maior o investimento da Sociedade da Serra e o que se prevê para a sede dos escuteiros, do que o que a Junta pretende fazer na freguesia toda. Ainda em concreto, comparou o Plano de Investimento de 2022 com o de 2023, dizendo que o último não apresenta praticamente nada de novo. Só há dois pontos novos, nomeadamente a construção de pontes pedonais na Grota da Chouriça e a aquisição de imóveis devolutos para construção de parques de estacionamento. Acrescentou que em dez pontos, praticamente 80% é igual ao ano passado. Em relação à construção do monumento histórico em memória do Capitão de Ordenanças Manuel Jacques de Oliveira, seria importante clarificar o custo financeiro em relação a esta matéria. Aludindo o facto de já se estar a aprovar o 2º orçamento desta Junta, questionou se o Gabinete do Agricultor está em condições de fazer as próximas candidaturas aos subsídios de apoio à lavoura. Questionou, então, onde estão as obras relevantes para a freguesia neste Plano de Investimento, quando no manifesto eleitoral do grupo do PSD, fazia parte a construção de postos de abastecimento de águas, projeto de beneficiação da canada do Salgado, regulamento de apoio às coletividades, minibus, zona de banhos entre outros. Acrescentou que é-nos apresentado para 2023 um Plano de Investimento que é uma mão cheia de nada, apenas contemplando uma atividade nova, o apoio ao grupo de jovens na sua deslocação às jornadas Mundiais da Juventude em Lisboa. Concluiu de novo que o plano de Atividades demonstra alguma falta de imaginação, considerando-o pobre e um plágio do plano do ano transato.----------
Helena Toste disse não saber responder em concreto às questões apresentadas. Apenas deu referência às candidaturas aos subsídios do Gabinete de Apoio ao Agricultor que, pela informação que dispõe, dependem da descentralização dos Serviços de Desenvolvimento Agrário da Ilha Terceira. Sobre o processo do Capitão de Ordenanças Manuel Jacques de Oliveira, referiu que o mesmo está em análise no Comando Militar, com o intuito de exploração sobre a história do mesmo.-
José Élio Ventura questionou sobre o procedimento das candidaturas aos subsídios dos agricultores, comentando se isso não foi questionado ao Secretário Regional da Agricultura aquando a sua vinda à Ribeirinha em campanha eleitoral.----------
O Presidente da Assembleia deu nota de que o Presidente do Executivo daria resposta ao questionado, na próxima reunião da Assembleia, uma vez que os intervenientes não obtiveram resposta ao questionado.----------
António Toste questionou sobre qual o motivo da não discriminação das entidades intervenientes em vários pontos do Plano de Investimentos. Falou também sobre os carregadouros de gado, dizendo que retiraram/destruíram uma parte do carregadouro da canada do mato, e que, na sua opinião, este faz falta. Disse ainda que se é para fazer semelhante nos outros carregadouros, acha por bem que estes se mantenham como estão.----------
António Toste deu nota que quanto à canada, junto ao tanque da Grota da Chouriça já cimentada/pavimentada em parte, o Presidente da Junta e o representante do IROA, Maurício Toledo, vão ter de tomar uma decisão, pois no Orçamento de 2023 não está referida a continuação da obra. Disse ainda que a pavimentação daquela canada foi feita até ali para servir alguém e que agora tanto ele como os restantes proprietários de prédios daquela canada, questionam para quando a segunda fase da obra.----------
João Leal referiu que as grandes obras são negociadas pontualmente, não se pode orçamentar obras

que não fazem parte da Junta, falando da canada referida, disse que esta é da alçada do IROA. Pois se fez a primeira fase, será a mesma entidade a concluir a obra iniciada.----------
Quanto ao mencionado sobre as entidades próprias, este referiu como tais, o Governo e a Câmara Municipal de Angra. O Tesoureiro referiu ainda que na parte financeira só poderá estar o valor em concreto quando a receita total estiver garantida. Referenciou também que na parte do orçamento e do PPI todas as rubricas gerais foram abertas de modo a enquadrar todos os investimentos que fossem possíveis.----------
José Élio Ventura disse que deveria ter uma ação na parte financeira em que estivesse retratado, tendo em conta que é uma obra e está aqui no Plano de Investimentos. Referiu ainda, não encontrar uma ligação entre a parte financeira e a parte descritiva do investimento, embora entenda que não se pode pôr no Orçamento o valor em concreto, mas há que ter a ação aberta com qualquer valor.--
João Leal interveio dizendo que realmente há atividades que vão estar sempre presentes, como por exemplo o dia da freguesia, com a tourada e o mercado de Natal. Enquanto houver adesão e as pessoas acharem importantes, estas serão de manter.----------
O Presidente da Assembleia aproveitou a oportunidade para dar um agradecimento aos voluntários que se dispuseram na preparação do Mercado do Natal, de forma que esta fosse um êxito.----------
Helena Toste também aproveitou para em nome do Executivo agradecer a todos a participação no Mercado de Natal.----------
Emiliana Gaspar questionou o Executivo sobre como este pretende dar o apoio aos idosos pois, na sua opinião o Plano de Atividades já deveria contemplar as atividades planeadas.----------
Sobre o questionado, Helena Toste disse que se irá manter o esquema habitual, como seja, o almoço de natal, mas dado a maioria das atividades serem realizados de forma voluntaria, não acharam necessário a discriminação.----------
José Élio Ventura referiu não ter dito para retirar as atividades referidas por João Leal, disse apenas que o Plano de Atividades apresentado não traz nada de novo. Quanto ao mercado de Natal disse que pelo registo que tem, o primeiro ano foi uma novidade, mas em relação ao segundo já lhe deram nota que o esforço é maior que o retorno. Recordou que lhe foi dito que as coletividades que participaram dizem que a receita não compensou o esforço, referindo ainda que algumas Instituições já nem participaram na última edição. Desta forma disse que, será de repensar o formato para que este seja cada vez melhor----------
O Presidente da Assembleia levou o ponto quatro a votação, resultando em cinco votos a favor por parte dos elementos do PSD, e quatro abstenções, por parte dos elementos do PS, aprovado assim, por maioria.----------
Ponto cinco - Apreciação do Mapa de Pessoal para 2023.----------
O Presidente da Assembleia cedeu a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste em representação do Presidente da Junta. Esta referiu não haver alterações ao mapa de Pessoal anterior e que a Junta tem no seu quadro de pessoal um assistente técnico, com o nono ano de escolaridade e um assistente operacional, que é coveiro e que também dá apoio na limpeza da freguesia, com a escolaridade obrigatória.----------
Não havendo interpolações por parte dos demais membros da Assembleia de Freguesia o Presidente da Assembleia deu por concluída a apreciação do Mapa de Pessoal da Junta de Freguesia.----------
Ponto seis - Autorizar o Executivo da Junta de Freguesia no decorrer do próximo ano de 2023, a celebrar protocolos/contratos de cooperação com entidades públicas ou privadas para a realização de investimentos na freguesia.----------
No que concerne ao ponto seis, o Presidente da Assembleia deu uma breve explicação do objetivo deste tipo de protocolos/contratos, frisando tratar-se de uma autorização que o órgão deliberativo confere à Junta para que esta possa assumir e avançar com projetos. Embora, à posteriori, a Junta

tenha sempre de os sujeitar a ratificação, em Assembleia.----------
Face ao supradito, o mesmo colocou a referida autorização a votação, da qual resultou nove votos a favor, aprovado assim, por unanimidade.----------
Ponto sete - Apreciação e votação da 6ª Revisão Orçamental e 3ª alteração ao PPI do Orçamento 2022.----------
O Presidente da Assembleia deu a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste, esta por sua vez cedeu-a ao Tesoureiro João Leal.----------
Usando da palavra, o Tesoureiro da Junta mencionou que esta revisão foi solicitada à Assembleia em virtude da obra das "Ilhas", confirmando que foi dada pela Câmara Municipal uma comparticipação no valor de três mil, setecentos e oitenta euros para a mão de obra e compra de pedra de calçada branca.----------
Seguidamente, o Presidente da Assembleia levou o ponto sete a votação. Resultando em cinco votos a favor, por parte dos membros do PSD, e quatro abstenções pelos elementos do PS; aprovado assim, por maioria.----------
Ponto oito - Ratificação do Contrato Interadministrativo celebrado entre o Município de Angra do Heroísmo e a Junta de Freguesia, a 20 de dezembro de 2022.----------
O Presidente da Assembleia cedeu de novo a palavra à Secretária do Executivo Helena Toste.---------
Esta última disse, não ter muito a explicar, pois a ratificação deste contrato teve por objeto a delegação de competências da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo na Junta de Freguesia da Ribeirinha, tendo em vista a requalificação de separador de estrada através da execução em calçada do brasão da supracitada freguesia.----------
José Élio Ventura deu nota que aquele espaço estava a tornar-se num mato, daí que concorda com a solução encontrada para o mesmo, no entanto considera ser necessário acautelar espaços ajardinados, referindo que no manifesto eleitoral falavam em arborização de espaços verdes e embelezamento da freguesia.----------
Não havendo interpolações por parte dos demais membros da Assembleia de Freguesia o Presidente da Assembleia levou o ponto oito a votação. Resultando em nove votos a favor, aprovado assim, por unanimidade.----------
Seguidamente, o mesmo solicitou à primeira secretária, Ana Costa, a leitura da Minuta das Deliberações tomadas. Esta, procedeu à respetiva leitura, tendo sido a minuta das Deliberações aprovada pelos membros da Assembleia de Freguesia, de forma unânime.----------
Ainda antes de encerrar a Ordem dos Trabalhos, e conforme solicitado por José Élio Ventura, foi efetuada pelo Presidente da Assembleia e em jeito de resumo a relação dos documentos a apresentar pelo Executivo à próxima Assembleia de Freguesia, ou logo que os mesmos estejam disponíveis, poderão ser facultados, sendo estes o regulamento do cemitério, esclarecimentos sobre campo de férias, relatório sobre gastos com mão de obra e máquinas na Canada do Capitão, relação de apoios cedidos às instituições com as datas do débito em conta e a guia de receita da marcha da Ribeirinha que foi às Sanjoaninas.----------
Helena Toste aproveitou ainda, para informar aos membros da Assembleia de Freguesia que a família do Diogo Ormonde havia mudado de residência ao abrigo do apoio da Direção Regional da Habitação, por insistência do Executivo junto daquela entidade uma vez que a residência onde se encontravam já não apresentava condições mínimas de habitabilidade. Deu a saber que o processo de compra de uma residência para albergar a respetiva família já fora aprovado, estando a Junta a aguardar o apoio para finalizar a contratualização da respetiva aquisição do imóvel. Informou ainda que a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo abriu um programa de apoio habitacional, o "primeiro direito" ao qual se podem candidatar pessoas, famílias e entidades governativas para obras de requalificação em imóveis devolutos, e deu a saber que, no âmbito dessa medida de apoio, a Junta de Freguesia já

havia recolhido, até ao momento, quinze contatos possíveis de elegibilidade para o apoio, sendo, no entanto, a gestão feita pela Comissão Municipal constituída para o efeito.----------
Terminada a ordem dos trabalhos o Presidente da Assembleia deu abertura ao público presente para intervenção. Contudo, não se registou qualquer intervenção. Não havendo nada mais a tratar na presente Assembleia, o Presidente da mesma agradeceu a presença de todos e a forma como decorreu a mesma, dando os trabalhos como concluídos pelas vinte e três horas e cinquenta minutos.----------

O Presidente da Assembleia de Freguesia,

(João Nelson do Couto Fernandes Pacheco de Lima)

A 1ª Secretária da Assembleia de Freguesia,

(Ana Maria Gomes Codorniz Costa)